

MOVIMENTO JUSTIÇA E DEMOCRACIA



CARTA DE PRINCÍPIOS

Aqui chegados, importa reflectir.

Todos nós, um dia, jurámos cumprir com lealdade as funções que nos eram confiadas.

Acceptámos ser juízes.

Para muitos já vai longe esse dia, para outros, naturalmente em número muito superior, esse dia não está assim tão distante.

Para todos, esse dia foi especial.

Para o mal e para o bem começámos a exercer não apenas uma actividade profissional mas sim, e essencialmente, funções de Estado.

Por força da Constituição da República, o exercício da judicatura é o exercício de um poder soberano, o *poder judicial*.

Na cidade ou no campo, no litoral ou no interior, no Norte ou no Sul, as dificuldades do exercício das funções de julgador são semelhantes, havendo em todos um sentir colectivo de angústia e preocupação pelo estado actual da justiça.

Se tivermos o bom senso de parar um pouco, uns minutos apenas, e reflectirmos, sobre o que deve ser hoje um juiz, o que se espera hoje de um juiz, qual o nosso papel enquanto titulares de um poder independente num Estado de Direito Democrático, que necessidades temos, que expectativas nos são legítimas, qual o nosso desempenho enquanto classe profissional com uma estrutura associativa, necessariamente começarão a surgir as respostas.

Parar agora e olhar em redor é um imperativo de consciência, um gesto vital para o reencontro da classe e para a reflexão conjunta quanto ao rumo que levamos e o caminho que pretendemos.

Para o cidadão a justiça é o último reduto institucional das liberdades, dos direitos individuais e das garantias.

Para o regime democrático a justiça constitui o seu mais importante sustentáculo.

A turbulência que atinge o sistema judicial, apesar de ser o reflexo dum crise mais ampla, sobre o sentido do Estado de Direito, gera a descrença e a passividade.

Todos os dias somos um pouco menos. Menos intervenientes, menos interessados, em suma menos juízes.

Parece que já não vale a pena apostar no papel dos mecanismos da justiça.

Será que ainda se pode falar de um empenhamento plural, congregativo e cooperante em torno das preocupações que rodeiam o universo institucional dos tribunais e da justiça?

Ou será que a cultura da responsabilidade directa perante a comunidade, que a Constituição nos impõe, passou a ser apenas a cultura da rendição?

Estamos reduzidos à apatia, ao isolamento, à resignação e, o que ainda é mais grave, a um espírito de sobrevivência acrítico e humilhante.

Em nome da nossa dignidade pessoal, dos nossos deveres como primeiros garantes dos direitos individuais, da nossa generosidade ao optarmos por esta carreira, dos sacrifícios feitos, das injustas acusações e de tudo o mais que cada um saberá, compete aos juízes fazerem um esforço para afastarem esta melancolia que torna a judicatura uma profissão cinzenta e mal amada.

E esse esforço só poderá ser feito através duma tomada de consciência colectiva que reinstale o debate na judicatura.

Abandonados à nossa sorte, quase que funcionalizados, em vias de sermos uma classe massificada, sem uma estrutura associativa realmente representativa, cumprimos a rotina diária do expediente processual e aceitamos complacentes a trivialização da actividade judicial.

A coesão e a unidade da judicatura não devem ser confundidas com a unicidade e o conformismo.

É imperioso que o corpo de juízes, na sua expressão representativa, seja habitado de uma cultura judicial democrática, pautando-se, além disso, por ascender à defesa de rigorosos e eficazes critérios de profissionalismo.

O juiz não deve apenas dominar os conceitos jurídicos, deve usufruir uma autoridade pessoal e permitir à comunidade que se reconheça nessa sua personalidade. A legitimidade do juiz depende da sua estatura humana, social e ética, na articulação com o seu estatuto e com as condições de trabalho dignas do respectivo cargo.

Tem de existir uma vontade política empenhada na eficácia do sistema judicial que não pode ser cúmplice da erosão dos mecanismos de cooperação entre as diversas profissões forenses.

A definição clara da independência da magistratura judicial haverá que ser articulada por factores de convergência e cooperação a um nível aceitável com a magistratura do Ministério Público, com os advogados e os demais actores judiciários.

O Supremo Tribunal de Justiça deverá manter-se como objectivo legítimo do topo da carreira judicial.

Certos que representamos um vastíssimo universo de juízes, do mais isolado Tribunal de primeira Instância ao Supremo Tribunal de Justiça, abrangendo as inúmeras gerações que exercem diariamente esta nobre função de julgar, juízes de todas as jurisdições, juízes que após décadas de trabalho se encontram presentemente jubilados, juízes em comissão de serviço, juízes filiados na A.S.J.P. e não filiados, decidimos tomar em nossas mãos o nosso futuro, intervindo de forma organizada como *Movimento* de caráter associativo sócio-profissional e cultural, para a construção de uma nova cultura judiciária, para uma nova judicatura, abraçando novas mentalidades e atitudes.

Determinados a dignificar a magistratura judicial, cientes que a renovação de práticas e valores passa por todos os juízes, na convicção que é possível recuperar o prestígio de toda uma classe e melhorar a intervenção judiciária, tanto junto do cidadão como junto dos decisores políticos, económicos e sociais, **OS JUÍZES SUBSCRITORES DA PRESENTE CARTA DECLARAM E COMPROMETEM-SE A:**

I. CONGREGAR, EM TORNO DE SI, UM MOVIMENTO TENDENTE A RECONSTRUIR E A FOMENTAR A CULTURA JUDICIÁRIA, DESIGNADAMENTE:

- pelo estabelecimento do diálogo e da discussão sobre os fundamentos e valores que fazem a órbita da jurisdição ou do poder jurisdicional;

- pelo aprofundamento e alargamento dos direitos cívicos e sociais, bem como na afirmação das garantias constitucionais de independência, num reforço da protecção do indivíduo, enquanto pessoa livre, solidária e responsável;

- pela atenção ao fenómeno da transnacionalidade e à realidade da comunidade jurídica supranacional;
- pela percepção da figura humana e institucional do juiz enquanto depositário da riqueza simbólica das realidades do direito e da actividade judiciária;
- pela projecção de um horizonte de identidade e de renovação no conjunto do colégio de juízes e pela melhoria da imagem da intervenção judiciária;
- pela criação de espaços de diálogo, reencontro e cooperação, em parceria com os fóruns de debate sobre a justiça já institucionalizados ou em gestação;
- pelo relacionamento profícuo, singular e equilibrado com os meios de informação e comunicação social.

II. DESENCADEAR O DEBATE SOBRE A RENOVAÇÃO DO PROJECTO ASSOCIATIVO DOS JUÍZES, TUDO VISANDO:

- renovar e rejuvenescer a A.S.J.P., mediante a urgente revisão dos seus estatutos, democratizando a sua orgânica interna;
- o fim do voto por procuração na eleição dos seus órgãos directivos;
- a eleição por voto secreto de todos os órgãos associativos;
- a criação de um órgão associativo onde fiquem representadas todas as opiniões, sensibilidades e tendências existentes no seio da classe, órgão esse a ser preenchido, pelo método proporcional, com representantes dos juízes a serem eleitos pelas listas candidatas;
- mobilizar todos os juízes para uma renovada dinâmica de associativismo em torno de um novo projecto aglutinador da classe;

III. PROMOVER - CRIADAS QUE SEJAM DENTRO DAS ACTUAIS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS AQUELAS CONDIÇÕES ESTATUTÁRIAS DE PLENO RESPEITO PELOS VALORES DA REPRESENTAÇÃO E DO VOTO SECRETO - A APRESENTAÇÃO DE

UMA LISTA CANDIDATA AOS ÓRGÃOS DIRECTIVOS DA A.S.J.P., DEFINITIVAMENTE COMPROMETIDA COM A DIGNIFICAÇÃO DA JUSTIÇA E DOS JUÍZES E SUBORDINADA ÀS SEGUINTE IDEIAS:

- reafirmação da autonomia de actuação entre a A.S.J.P., como estrutura representativa de classe, e os Conselhos Superior da Magistratura e Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, enquanto órgãos estatais de nomeação, gestão e disciplina;
- revalorização do prestígio da função institucional do juiz, com a consagração de um Gabinete de Estudos e de um Gabinete de Comunicação Social, de forma a permitir, de um modo consistente e eficaz, o acompanhamento da actividade associativa no seu todo, respeitando a importância do seu estatuto e da sua imagem;
- devolução à A.S.J.P. da sua primitiva vocação de estrutura representativa de classe para defesa dos direitos dos associados, individualmente considerados, perante quaisquer entidades que possam contender com os seus interesses legítimos;
- recuperação do poder reivindicativo e do capital simbólico e de autoridade dos juízes;
- assunção de uma estratégia sindical empenhada na defesa das justas aspirações sócio-profissionais dos juízes invertendo a actual tendência de degradação da carreira, nomeadamente com:
 - a melhoria das condições e ambiente de trabalho,
 - a implementação prática das assessorias,
 - a dotação de funcionário privativo,
 - a delimitação do volume de serviço,
 - a actualização dos vencimentos e aumento dos escalões,
 - a criação de um subsídio de complemento de função,
 - a actualização dos subsídios de renda,
 - a diferenciação dos subsídios de renda em função do custo da habitação,
 - a criação de subsídios de colocação e transferência,
 - o desbloqueamento do tecto salarial,
 - a dedução fiscal das despesas de formação profissional;

• criação de condições que possam, finalmente, potenciar um profundo debate sobre a necessidade de revisão do regime de inspecções judiciais, subordinada a uma *ratio* equilibrada entre mérito e produtividade;

• diversificação da actividade associativa, com o desenvolvimento de mecanismos de solidariedade e de estruturas de natureza social, cultural, desportiva e recreativa.

IV MANTER E REFORÇAR A EXISTÊNCIA E A AUTONOMIA DO MOVIMENTO JUSTIÇA E DEMOCRACIA POR FORMA A DEFENDER E APROFUNDAR OS PRINCÍPIOS DA PRESENTE CARTA, INDEPENDENTEMENTE DO ÉXITO DAS REIVINDICAÇÕES ASSOCIATIVAS ATRÁS EXPOSTAS.

OUTUBRO 1999

SUBSCRITORES DA CARTA DE PRINCÍPIOS

Adelina da Conceição Cardoso Barradas de Oliveira	Loures - Vara Mista
Afonso de Azevedo Pinto e Melo	Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça
Afonso Manuel dos Santos Cabral Andrade	Moita - Comarca
Alberto Manuel Teixeira Paiva da Cunha	Porto - Juízo Cível
Alexandra Maria Rolim Mendes	Seixal - Comarca
Alexandra Maria Viana Parente Lopes	Espinho - Comarca
Alfredo Carlos André dos Santos	Vogal do Conselho Superior da Magistratura
Alice Fernanda Nascimento dos Santos	Coimbra - Criminais
Álvaro António Mangas Abreu Dantas	Braga - Tribunal Tributário
Álvaro Rosa Dias de Carvalho	Aveiro - Comarca
Alvito Hilário Roger de Sousa	Lisboa - Tribunal da Relação
Amélia Rosa Morgado	Perto - Tribunal de Instrução Criminal
Amélia Maria de Matos Lopo	Lisboa - Vara Cível
Aníbal, Campos Costa	Juiz Conselheiro Jubilado
Ana Beatriz Coelho Flor Batista Silva Pinto	Almada - Comarca
Ana Clara de Jesus Silva Serra Batista	Sintra - Comarca
Ana Cristina de Almeida G. Moreira Wallis Carvalho	Matosinhos - Comarca
Ana Cristina Rodrigues Clemente	Guimarães - Comarca
Ana Lúcia dos Reis Godinho,	Paços de Ferreira - Comarca
Ana Lucinda Cabral	Lisboa - Tribunal Tributário
Ana Maria Fernandes Grácio de Almeida Alves	Évora - Tribunal da Relação
Ana Maria Martins Teixeira	Viana do Castelo - Círculo Judicial
Ana Maria Simões Faria	Lisboa - Tribunal de Pequena Instância
Ana Paula dos Santos Alves de Sousa	Lisboa - Juízos Criminais
Ana Paula Lobo	Porto - Tribunal Tributário
Ana Paula Nunes Duarte Olivença	Lisboa - Vara Cível
Ana Rosa Martins da Silva	Porto - Juízo Cível
Anabela Figueiredo Luna de Carvalho	Lisboa - Vara Cível
Anabela Leitão Cabral Ferreira Esteves	Lisboa - Tribunal de Círculo Administrativo
Anabela Moreira de Sá Cesarin Calafate	Lisboa - Vara Cível
Aníbal Augusto Ruivo Ferraz	Lisboa - Tribunal de Trabalho
António Antunes Gaspar	Loures - Comarca
António Barroca Penha	Porto - Juízo Cível.
António Bráulio, Alves Martins	Vila Nova de Gaia - Vara Mista
António Fernando da Silva	Barreiro - Círculo Judicial
António Guerra Banha	Chaves - Círculo Judicial
António Joaquim Conceição da Silva	Beja - Comarca
António José de Oliveira Santos Rodrigues	Barcelos - Comarca
António Júlio Costa Sobrinho	Braga - Vara Mista
António Manuel Clemente Lima	Porto - Tribunal da Relação
António Santos Carvalho	Évora - Tribunal da Relação
Arlindo Martins de Oliveira	Coimbra - Comarca
Armando Acácio Gomes Leandro	Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça
Armando, Manuel da Luz Cordeiro	Lamego, - Comarca
Artur Dionísio do Vale dos Santos Oliveira	Barcelos - Comarca
Artur Guimarães Ribeiro	Porto - Tribunal de Instrução Criminal
Artur Manuel Oliveira	Viana do Castelo - Círculo Judicial

Avelino Xavier Frescata
 Benedita Maria Ribeiro de Almeida, Assunção
 Benjamim Magalhães Barbosa
 Bruno Jorge Galaz Coelho de Oliveira Pinto
 Catarina Figueira Matos
 Carla Isabel de Jesus Oliveira Alves
 Carlos Alberto de Bettencourt de Faria
 Carlos Castelo Branco
 Carlos Manuel Marques Querido
 Cláudia Sofia de Jesus Antunes Barata
 Cristina Aparicio Duarte
 Cristina de Conceição Pires Lourenço
 Cristina Luísa Pinheiro Xavier da Fonseca
 Cristina Mana Raposo Almeida e Sousa
 Cristina Maria Xavier Machado Dá Mesquita
 Deolinda Maria Fazendas Borges Varão
 Dina Maria Monteiro
 Domingos Manuel Ribeiro Duarte
 Edgar Correia Valente
 Edgar Taborda Lopes
 Eduarda Maria de Pinto e Lobo
 Elisabete de Jesus Ribeiro Assunção
 Elisabete Jesus Santos Oliveira Valente
 Eliseu Ramos Salgado
 Ester Emilia Maurício Antão e Pacheco dos Santos
 Eurico José Marques dos Reis
 Fátima Maria Oliveira Batista
 Fátima Maria Oliveira Batista
 Fernando Alfredo Pais
 Fernando, Augusto Sambés
 Fernando da Silva Bastos
 Fernando, de Jesus Fonseca Monteiro
 Fernando Freitas Coutinho Silveira Ramos
 Fernando Jorge F. de Araújo de Barros
 Fernando Manuel Dias Pereira
 Fernando, Ribeiro Cardoso
 Filipe Manuel Nunes Careço
 Filomena, Maria Silva Norton, Albuquerque Coelho
 Flávia Cristina Mateus Santana
 Florbela dos Santos Araújo Lopes Sebastião e Silva
 Francisco José Rodrigues de Matos
 Frederico João Lopes Cebola
 Gil Vicente Ribeiro Cardoso da Silva
 Gilberto da Cunha
 Gonçalo Ladeira da Cruz
 Gracinda Ferro
 Helena Conceição de Lemos Pinto
 Higina Mana Almeida Orvalho da Silva Castelo
 Isabel Lourenço
 Isabel Maria de Almeida Batista

Lisboa - Tribunal de Instrução Criminal
 Peso da Régua - Comarca
 Porto - Juízo Cível
 Lagos - Comarca
 Montijo - Comarca
 Setúbal - Comarca
 Lisboa - Tribunal da Relação
 Almada - Comarca
 Torres Vedras - Círculo Judicial
 Montalegre/Boticas - Comarca
 Porto - Juízo Cível
 Portalegre - Comarca
 Caminha - Comarca
 Tomar - Comarca
 Santarém - Comarca
 Viana do Castelo - Comarca
 Lisboa - Tribunal de Família e Menores
 Santiago do Cacém, - Círculo Judicial
 Lisboa - Tribunal Tributário
 Lisboa - Vara Cível
 Barcelos - Tribunal de Trabalho
 Albufeira - Comarca
 Évora - Comarca
 Porto - Juízo Cível
 Abrantes - Comarca
 Évora - Tribunal da Relação
 Alenquer - Comarca
 Alenquer - Comarca
 Lisboa - Tribunal de Instrução Criminal
 Lamego - Círculo Judicial
 Barreiro - Círculo Judicial
 Oliveira de Azemeis - Tribunal de Trabalho
 Lisboa - Tribunal de Família e Menores
 Inspector Judicial do C. S.M.
 Funchal - Comarca
 Sintra - Tribunal de Família e Menores
 Oliveira de Azemeis - Círculo Judicial
 Lisboa - Vara Cível
 Lisboa - Tribunal de Pequena Instância
 Caldas da Rainha - Comarca
 Lisboa - Juízo Criminal
 Macedo de Cavaleiros - Comarca
 Sintra - Tribunal de Família e Menores
 Penafiel - Tribunal de Trabalho
 Lisboa - Vara Cível
 Lisboa - Vara Cível
 Lisboa - Tribunal de Trabalho
 Barreiro - Comarca
 Peniche - Comarca

Isabel Maria de Noronha
 Isabel Pereira Ramos
 Ivo Nelson de Caires Batista Rosa
 Joana de Lemos Ferrer Antunes
 Joana Pereira Dias
 João Almeida Santos
 João Bernardo Peral Novais
 João Carlos da Silva Abrunhosa de Carvalho
 João Fernando, Varela Pinto
 João Gaspar Crespo Felgar
 João Manuel da Cruz Nogueira Malheiro de Ferraz
 João Paulo Vasconcelos Raposo
 João Pedro Nunes Maldonado
 João Pedro Pereira Cardoso
 Joaquim Manuel Esteves Marques
 José Alberto Martins dos Reis
 José Alberto Martins Teixeira
 José Albino Caetano Duarte
 José Alfredo, Gameiro Costa
 José António Rocha Capacete
 José Carlos Monteiro Ferreira
 José Carlos Pereira Duarte
 José Eusébio de Almeida
 José Felisberto, da Cunha Proença
 José Gabriel Correia Pereira da Silva
 José Gonçalves da Costa
 José João Teixeira Coelho Vieira
 José Luís Ramalho Pinto
 José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho
 José Manuel Duro Mateus Cardoso
 José Manuel Igreja Martins Marques
 José Manuel Lopes Barata
 José Manuel Mota Silva Machado
 José Manuel Saporiti Machado da Cruz Bucho
 José Valério Ratão Casado
 Leonor Maria Falcão Pimenta Ribeiro Gama
 Lídia Isabel Bogalheiro Gamboa
 Luciano Farinha Alves
 Luís Coimbra
 Luís Fernando dos Santos Correia Mendonça
 Luís Filipe Pires de Sousa
 Luís José Cardoso Ribeiro
 Luís Manuel de Carvalho Ricardo
 Luís Maria Vaz das Neves
 Luís Miguel Reis Sobral
 Luísa Raquel Maria Correia de Lima
 Mafalda Clarisse Pestana
 Magda Espinho Geraldes
 Manuel António Pereira Rodrigues
 Manuel Henrique Ramos Soares

Vila Franca de Xira - Comarca
 Porto - Tribunal de Instrução Criminal
 Lisboa - Vara Cível
 Lisboa - Tribunal de Pequena Instância
 Funchal - Comarca
 Barreiro - Comarca
 Montijo - Comarca
 Bragança - Círculo Judicial
 Loures - Comarca
 Horta - Comarca
 Lisboa - Tribunal da Relação
 Cascais - Comarca
 Vila Nova de Gaia - Vara Mista
 Mangualde - Comarca
 Porto - Tribunal da Relação
 Lisboa - Vara Criminal
 Barcelos - Comarca
 Lisboa - Tribunal da Relação
 Lisboa - Tribunal de Pequena Instância
 Loures - Comarca
 Coimbra - Comarca
 Lisboa - Juízo Cível
 Coimbra - Tribunal de Trabalho
 Caldas da Rainha - Círculo Judicial
 Lisboa - Vara Cível
 Juiz Conselheiro Jubilado
 Porto - Tribunal da Relação
 Aveiro - Círculo Judicial
 Portalegre - Comarca
 Lisboa - Tribunal de Trabalho
 Barcelos - Círculo Judicial
 Lisboa - Vara Cível
 Gondomar - Comarca
 Gondomar - Círculo Judicial
 Torres Vedras - Comarca
 Celorico de Basto - Comarca
 Santo Tirso - Comarca
 Lisboa - Tribunal de Família e Menores
 Aveiro - Comarca
 Lisboa - Vara Cível
 Lisboa - Vara Cível
 Fronteira/Avis - Comarca
 Almada - Comarca
 Secretário Geral do Ministério da Justiça
 Lisboa - Tribunal de Trabalho
 Ponte de Lima - Comarca
 Olhão da Restauração - Comarca
 Lisboa - Tribunal Administrativo Central
 Loures - Comarca
 Setúbal - Vara Mista

Manuel Marques Ferreira
 Manuel Pinto dos Santos
 Manuel Tomé Soares Gomes
 Margarida Baião do Nascimento
 Margarida Paula Ferreira Leitão e Sousa
 Margarida Rosa Rodrigues Gaspar
 Maria Amélia Alves Ribeiro
 Maria Amélia Pereira Teixeira
 Maria Beatriz Furtado Marques Borges
 Maria Carlos Duarte do Vale Calheiros
 Maria da Conceição Alves Gonçalves
 Maria da Conceição Oliveira
 Maria da Conceição Simão Gomes
 Maria da Encarnação Abecassis Capa de Honrado
 Maria da Luz Borrero Costa e Silva de Figueiredo
 Maria de Fátima Sanches Calvo
 Maria do Carmo Santos Amaral Gonçalves Ferreira
 Maria do Rosário Carvalho Lourenço
 Maria dos Anjos Sousa Melo Moreira
 Maria dos Prazeres Rodrigues da Silva
 Maria Eduarda de Mira Branquinho
 Maria Filomena Honório Gil Clemente Lima
 Maria Helena Ferreira dos Santos Pinto
 Maria Isabel Ribeiro Silva
 Maria João Marques Pinto de Matos
 Maria João Rosco Velez Passos
 Maria José Costeira
 Maria Leonor Chaves dos Santos Barroso
 Maria Leonor Morais Caldas Canedo Silveira Botelho
 Maria Madalena Martins Lopes
 Maria Manuel Rijo Araújo e Silva
 Maria Manuela Espanadeira Lopes
 Maria Manuela Esteves Machado
 Maria Rosa Oliveira Tchig
 Mário Jorge dos Santos Branco Coelho
 Mário Manuel Feliciano Rebelo
 Marta Susana Mesquita Mendes
 Miguel Fernandes de Castro Coimbra
 Narciso Magalhães Rodrigues
 Nuno Miguel Pereira Ribeiro Coelho
 Octávio dos Santos Moutinho Diogo
 Olga Maria Domingues Pires Ribeiro Maciel
 Paula Alexandra Silva Cardoso
 Paula Isabel Ribeiro dos Santos Gonçalves
 Paula Natércia Mendes Moreira Rocha
 Paula Seone
 Paulo Neto da Silveira Brandão
 Paulo Nuno Miranda Almeida, Cunha
 Paulo Valério
 Pedro Afonso Lucas

Conselheiro do Tribunal de Contas
 Lamego - Círculo Judicial
 Centro de Estudos Judiciários
 Montijo - Comarca
 Guimarães - Comarca
 Lisboa - Tribunal de Instrução Criminal
 Porto - Tribunal da Relação
 Braga - Comarca
 Faro - Comarca
 Lisboa - Vara Cível
 Barreiro - Círculo Judicial
 Lisboa - Tribunal de Instrução Criminal
 Porto - Tribunal da Relação
 Sintra - Comarca
 Lisboa - Juízo Cível
 Ílhavo - Comarca
 Coimbra - Comarca
 Santa Cruz das Flores - Comarca
 Porto - Juízo Cível
 Beja - Comarca
 Lisboa - Vara Cível
 Évora - Tribunal da Relação
 Beja - Círculo Judicial
 Porto - Tribunal Tributário
 Lisboa - Vara Cível
 Pombeiro - Comarca
 Lisboa - Tribunal de Comércio
 Benavente - Comarca
 Lisboa - Vara Cível
 Cascais - Comarca
 Anadia - Comarca
 Lisboa - Juízo Cível
 Chaves - Comarca
 Guimarães - Vara Mista
 Setúbal - Comarca
 Caldas da Rainha - Círculo Judicial
 Vila Pouca de Aguiar - Comarca
 Coimbra - Comarca
 Angra do Heroísmo - Círculo Judicial
 Lisboa - Vara Cível
 Lisboa - Vara Cível
 Guarda - Comarca
 Espinho - Comarca
 Loures - Comarca
 Lisboa - Juízo Cível
 Aveiro - Comarca
 Aveiro - Círculo Judicial
 Porto de Mós - Comarca
 Aveiro - Círculo Judicial
 Vila Franca de Xira - Comarca

Pedro Gil Amorim Caetano Nunes
 Pedro Henrique Brighton da Silva
 Pedro Manuel Faria de Brito
 Pedro, Manuel Quintas Ribeiro Maurício
 Pedro Miguel Bengala Reis da Cunha Lopes
 Raúl Eduardo Nunes Esteves
 Renato Amorim Damas Barroso
 Rosa Maria Reis Alves Brandão Represas
 Rui Barreiros da Silva
 Rui da Ponte Gomes
 Rui Manuel Barata Penha
 Rui Manuel Correia Moreira
 Rui Manuel Nunes Marques Godinho
 Sandra Henriques Alves
 Sebastião Duarte Vasconcelos Costa Pereira
 Serafim Pimenta Ferraz
 Sérgio Bruno Póvoas Corvachio
 Simone Abrantes de Almeida Pereira
 Susana Carla Resende Marques Pinto
 Susana Maria Mesquita Gonçalves
 Tânia Isabel de Barros Sampaio de Sousa Carrusca
 Teresa Carla Batista Mendes dos Santos
 Teresa Coimbra
 Teresa Mana Gouveia da Costa Abrantes
 Teresa Maria Santos
 Tomé de Almeida Ramão
 Vitor Manuel Leitão Ribeiro

Porto de Mós - Comarca
 Santiago do Cacém - Círculo Judicial
 Silves/Monchique - Comarca
 Lisboa - Juízo Cível
 Almada - Comarca
 Vila Franca de Xira - Círculo Judicial
 Lisboa - Vara Criminal
 Lisboa - Tribunal de Pequena Instância
 Portalegre - Círculo Judicial
 Lisboa - Juízo Cível
 Lisboa - Vara Cível
 Matosinhos - Círculo Judicial
 Bragança - Comarca
 Portimão - Comarca
 Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça
 Lisboa - Vara Cível
 Viana do Castelo - Círculo Judicial
 Barcelos - Comarca
 Ourique - Comarca
 Orém - Comarca
 Ílhavo - Comarca
 Barreiro - Comarca
 Porto - Juízo Cível
 Barreiro - Tribunal de Família e Menores
 Guimarães - Comarca